

# Entre os antigos e os novos regimes: As memórias, os lugares e os patrimônio (s)

Tatiana de Lima Pedrosa Santos<sup>1</sup>

## Resumo

Vivenciamos um momento salutar em que vemos com o tempo e através dele os muitos discursos e suas modificações em relação ao Patrimônio e afins. Em andamento é preciso pontuar as ordens distintas desses discursos. Nossa resolução é fruto de escolhas, como também de processos históricos e vivências em que estamos inseridos. O que se entende por reformulação nada mais é do que adaptar-se as novas discussões teórico metodológicas que envolvem o patrimônio, ou tendo em conta a sua relação com a ressonância. Mas então, por que teimamos em retornar com discursos que são cíclicos e que pretensamente guardam a prerrogativas de serem alçados a uma discussão que não só envolve a História, seu ensino, os regimes de historicidade, sua memória e principalmente os nossos patrimônio (s).

Palavras-chaves: Patrimônio; Mémoire; História.

## 1.Introdução

Acredito que este artigo surja principalmente de inquietações fundamentais para aqueles que estão “em campo” com os trabalhos relacionados ao Patrimônio. Nesse caso nossas referências indicam e pretendem salientar duas categorias distintas de quem trabalha com o Patrimônio e seus processos: os trabalhos técnicos e os trabalhos acadêmicos.

O primeiro, geralmente relacionado a uma urgência de se salvaguardar, ou melhor, da conservação de emblemas que pretensamente possam traduzir e materializar determinados Patrimônios e, por seguinte, uma infinidade de diálogos que traspassam esse conceito tão multiplicador e multiplicado.

O segundo, que passa a partir da década de 1970 a se abrir, mesmo que lentamente, a uma infinidade de processos vívidos e pulsantes, e que por um bom período de tempo encontrou-se com sua função social em estado de latência. Nesses termos podemos usar as palavras de um dos precursores desse processo de lutas e embates ao reconhecimento de uma imaterialidade pulsante desse patrimônio que teimava em ser enterrado sob a perene desculpa do esquecimento oficial.

A tradição dominante em nossa historiografia conduziu os melhores espíritos a uma espécie de “história oficial” singularmente desprendida de intenções interpretativas e em particular, muito sujeita a converter os móveis declarados e as aspirações ideais conscientes dos agentes históricos em *realidade histórica* última, tão irredutível quanto verdadeira em si

---

<sup>1</sup>Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq) com o projeto intitulado; as lágrimas do esquecimento: arqueologia, patrimônio e memória das lápides funerárias dos cemitérios. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq - NIPAAM - "Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica. Coordena o projeto Universal CNPq de pesquisa Arqueologia, Patrimônio e Cultura: A cura para as feridas recentes e antigas na Belle Époque Amazônica (2017; [tatixpedrosa@yahoo.com.br](mailto:tatixpedrosa@yahoo.com.br))

mesma. A reação a esse padrão deficiente e deformado de descrição histórica é recente e ainda não conseguiu criar uma perspectiva de interpretação histórica livre de etnocentrismos, aberta a certas categorias analíticas fundamentais e criticamente objetiva. (FERNANDES, 2006; P 27)

De fato, vivenciamos um momento salutar em que vemos com o tempo e através dele os muitos discursos e suas modificações em relação ao Patrimônio e afins. No melhor sentido de *afins* já que este carrega em sua compreensão os muitos conceitos inerentes ao Patrimônio. Em andamento é preciso pontuar as ordens distintas desses discursos. Nossa resolução é fruto de escolhas, como também de processos históricos e vivências em que estamos inseridos.

A perspectiva vem em conjunto com a promoção/articulação de um debate sobre o caráter revisionista da cultura material histórica centrando-se em aspectos teóricos e metológicos, e, conseqüentemente, nas modificações impressas através de seus estudos de caso. Essa Arqueologia histórica que muito tem auxiliado nos processos epistemológicos ligados ao estudo do Patrimônio em seu conjunto de pensamento.

Ademais, o trabalho pretende considerar uma ordem interpretativa diferente em que se possa levar em conta, como Patrimônio, os esquemas teóricos e as divisas gerais, mas que também se discuta aqueles que são emblemáticos por ressoarem vozes que ancorem novas significações para um passado há muito monumentalizado.

É certo dizer que todas as disciplinas necessitam de uma reformulação quando se trata de seus conceitos arraigados. Nesse sentido, Arqueologia Histórica em sua ferramenta principal, a cultura material histórica, também precisa de reformulação. O que se entende por reformulação nada mais é do que adaptar-se as novas discussões teórico metodológicas que envolvem o patrimônio, ou tendo em conta a sua relação com a ressonância.

Segundo Gonçalves (2005, p ) há uma possibilidade de se pensar o patrimônio como uma categoria, com potencial descritivo e analítico, através de suas múltiplas dimensões sociais e simbólicas, discutindo seus contornos semânticos num contexto da modernidade. Ou seja, permitindo-se discussões mais profundas que abarque não só as discussões teórico-acadêmicas como também os inúmeros debates políticos quando se faz uso desse conceito.

Nesse ínterim é preciso ressaltar que o papel da cultura material é provocadora nesses debates, já que sugere que esse diálogo não fique estanque, não crie uma imobilidade já que os mesmos só existem através do tempo, do contexto, porque estão ligados a conflitos, a negociações, a apropriações pessoais e institucionais. (GREENBLATT, 1991, p 45)

A saber, precisamos nos perguntar qual a relação entre espaço e cultura, contexto e história, pensamentos, paisagens e sociedades, e no que elas imbricam na relação com que

consideramos ou não, como patrimônio. O que queremos dizer como argumento principal é que díspares racionalidades, distantes argumentos irão produzir visibilidades diferentes, ao que elegemos como patrimônio.

Isso implica dizer que carecemos não só interpretá-los através do tempo, do espaço e da memória, como notá-los de maneira a nunca perder de vista, a tênue discussão histórica que alinhava essa dinâmica. Se, compreendermos que patrimônio também é tudo aquilo que queremos e que desejamos preservar, iremos compreender que estamos através do tempo jogando. E, nossas apostas implicam de certa maneira construções, desconstruções, e reconstruções de narrativas, cujo poder simbólico evidencia uma dinâmica cruel de disputa, de apelo, de significados. É o poder simbólico que emerge, que legitima e que nas disputas pode vir a silenciar um dos lados.

A posição é muitas vezes entender que o tradicional mesmo que arbitrário passa a ser o que é legitimado. Não deixando espaço para outras formas de comunicação da realidade.

[...] o fato de que a ordem do mundo, tal como está, com seus sentidos únicos e seus sentidos proibidos, em sentido próprio ou figurado, suas obrigações e suas sanções seja grosso modo respeitada, que não haja um maior número de transgressões ou subversões, delitos e 'loucuras'. [...] que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. (BOURDIEU, 2002, p. 10).

## **2. Um breve retorno ao que muito já foi dito; tombar ou não tombar, eis a questão!**

Recentemente surgiram novas discussões em torno do Teatro Amazonas e do Teatro da Paz, localizados em Manaus (AM) e Belém (PA), já que os mesmos poderão ser reconhecidos como Patrimônio Mundial pela Unesco. Entre os dias 13 e 15 de dezembro de 2023, em Manaus, foi dado o primeiro passo para a investidura nas candidaturas para uma oficina de mobilização que tem como objetivo o processo da candidatura. A oficina envolveu diferentes instituições, como os governos dos estados do Amazonas e do Pará, prefeitura de Manaus e de Belém, representações da sociedade civil, pesquisadores e principalmente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Nesse justificativa para uma candidatura entre critérios e estratégias para a elaboração das ações previstas ao longo dos próximos anos existe uma em especial que salta aos olhos que são as discussões em torno dos valores patrimoniais. É, indiscutível que a candidatura possui valor já que apresenta um estímulo para se pensar numa articulação necessária entre os grupos sociais envolvidos e, portanto, interessados em alçar os dois teatros como patrimônios

com valores reconhecidamente universais, além do que coloca em discussão uma área indiretamente afetada; a riqueza e a diversidade cultural da região Norte.

Mas, eis que temos um ponto de inflexão: Por que a candidatura à priori nos causa incômodo? Será que é justamente por trazer um conjunto de bens importantes, mas que se articulam apenas como pano de fundo em uma discussão que poderia... ao invés de destacar a monumentalidade, o antiquarismo, às artes clássicas, ir na contramão de uma história que teima em se repetir. O incômodo talvez seja um *flash* dos chamados contos sobre; *um breve retorno ao que muito já se foi dito!*

Voltamos ao incômodo novamente já que a impressão é que estamos num looping de um eterno embate; de um lado temos sempre o “*breve retorno do que muito foi dito*”, do outro lado teremos sempre o conto dos que ouviram falar dos “*patrimônios que teimam em reivindicar um lugar na história*”?

O que queremos salientar é que não estamos procurando retirar dos teatros a prerrogativa de seu reconhecimento enquanto Patrimônio. Mas os nossos questionamentos vêm ao encontro das interrogações sobre quais modelos usamos no reconhecimento, eleição e *status quo* de um patrimônio em detrimento de outros que passam a serem silenciados mediante um modelo único.

Além disso por que teimamos em alimentar determinados Patrimônio(s) quando poderíamos estarmos abertos a análise de outros tantos? Ora, nessa premissa o que entendemos como patrimônio(s) em sua pluralidade e heterogeneidade cai por terra já que os valores coletivos se materializam em um recorte histórico e simbólico estanque. Os teatros em questão são símbolos máximos do ciclo da borracha na região, eles representam as artes, a arquitetura e a história da Amazônia, e a relação da região com a economia e a geopolítica internacional entre os séculos XIX e XX.

Mas eles também são símbolos de uma realidade desesperadamente utópica, fantasiosa e secular. Sendo assim não é de estranhar que o retorno de uma discussão relacionada aos Teatros e a rememoração desse passado ilusório da Belle époque nos cause desconforto. Segundo Oliveira Jorge (2007; p 19), esse desconforto vem por conta do conceito público de patrimônio ser recente de forma que não nos habituamos a encarar os valores coletivos.

Patrimônio... palavra que nos deixa uma sensação de desconforto - é um tema sobre o qual já se disse tudo e, todavia, ainda parece que está tudo para dizer. Talvez porque associamos a palavra algo que se esvai, que se esgota, que se desvanece... E que queremos desesperadamente recuperar na sua totalidade. Uma totalidade mítica, que é rigorosamente utópica, porque o que queremos salvar como patrimônio nunca existiu.

Nesse caso temos uma pedra de totem, cuidadosamente moldada ao longo dos anos. Esculpida sobre o valor simbólico da Belle époque; o perfume inebriante da aventura de viver sob os trópicos numa terra que sofria as metamorfoses oferecidas pelo boom da época da borracha.

Os anos de 1880 a 1910, convencionalmente chamados de belle époque na história da região amazônica, são caracterizados pela crença na prosperidade e no progresso material. Esse período é a expressão da euforia que marca a sociedade burguesa amazonense e paraense que ostenta suas conquistas materiais baseadas nas redes comerciais estabelecidas a partir da economia da borracha (DAOU, 2000; 7).

É certo que a economia da borracha insere essa região, antes em isolamento, na economia internacional. O que de certa forma impõe uma dinamicidade própria do decorrer do século XIX, em que a liberalização das economias fazia funcionar e crescer em suas partículas básicas, operações que se estendiam a partes cada vez mais remotas do planeta. O que por sua vez implicava transformações profundas nessas regiões (HOBSBAWM, 1987; p 41).

A economia da Era dos Impérios foi aquela em que Baku (no Azerbaijão) e a baía de Donets (na Ucrânia) foram integradas à geografia industrial, ao passo que a Europa exportava tanto bens como moças a cidades novas como Johannesburgo e Buenos Aires, e aquela em que teatros de ópera foram erguidos sobre os ossos de índios mortos em cidades nascidas do Boom da borracha a 1600 quilômetros rio acima da foz do Amazonas. (HOBSBAWM, 1987; 50)

Este período foi marcadamente um momento de euforia social que contemplou muitas histórias que acabaram sendo entrelaçadas junto aos muitos rios e igarapés da região. Essa visibilidade nacional e internacional anulava as distâncias geográficas e impulsionou a vinda de muitos desbravadores para a região. Por outro lado, esse é um período rememorado a partir de uma nostalgia burguesa. A memória da Época da borracha naquela que foi a Paris dos trópicos ainda é muito viva para aqueles que a experienciaram e para os que ouviram falar sobre a mesma.

Mas eis a questão; a memória que é valorizada é aquela da “cidade que surgiu no meio da selva por encantamento” (DIAS, 2007, p 8). A cidade dos barões, dos cafés, dos arautos produziu e ainda produz certo encantamento inebriante.

No caso, entendemos por modo de vida burguês as formas de comportamento decorrentes da ideologia de privatização que se consolidou na Europa ao longo do século XIX, paralelamente aos avanços da industrialização, valorizando o individualismo, as fronteiras entre o público e o privado, o universo familiar e a ritualização da vida cotidiana, a acumulação de capital (tanto real quanto simbólico), os critérios de "respeitabilidade", a fetichização do consumo e a ascensão social (Andrade Lima, 1995; 2).

As transformações empreendidas durante o período de 1880 a 1910 reclassificaram o status social de tal forma que imprimiram numa memória comum a impressão de um tempo

magnífico fruto da lembrança em que apenas se pondera os valores indicativos de uma economia internacional.

Os fatos históricos e acontecimentos são de certa maneira trabalhados em nossas memórias. Em seus vieses, a lembrança que é individual pode passar a ser coletiva, bem como a lembrança que é coletiva passa a ser individual. Nossas noções de realidade podem estar atreladas a noções de memórias. E estas, entendidas como fenômeno coletivo e social, são suscetíveis a construções, flutuações, transformações e mudanças constantes. (POLLACK, 1992, 200-212)

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLACK, 1992, p 11-22).

Essa memória herdada sem dúvida nos remete a nossa capacidade finita de guardá-la. Nossa capacidade de relembrar é sempre inexata e falha. Assim, estamos sempre em busca de mecanismos que sustentem nossas lembranças. (JONES, 2007, p 251). Dentre esses mecanismos está a solidez e robustez que creditamos à Cultura Material por nós trabalhada. É como se a "história em si" precisasse de unidade e credibilidade atestada muitas vezes por nossos objetos.

As Escavações arqueológicas conduzidos em sítios históricos, em especial os vestígios recuperados de fragmentos de louças, deixam entrever histórias, muitas vezes por nós, esquecidas. É o caso da escavação realizada na Catedral Metropolitana de Manaus a partir de 2002, por conta das intervenções de restauro iniciadas em 2001. Durante o trabalho foi revelada cultura material indígena pré-colonial, de contato, colonial e histórica (MENDONÇA e ANTONY, 2013, p 11).

Dos fragmentos de louça simples e decorada, 1243, já foram devidamente analisados. De acordo com os levantamentos históricos feitos durante o projeto Catedral, constatou-se que a mesma ao longo dos anos sofreu várias intervenções. Incluindo a de 1885, um ajardinamento em que se comprovou que a mesma foi aterrada com um material que viria do terreno onde hoje localiza-se o INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (CORREA, 2011, p 35).

A catedral, portanto, constituiu-se num verdadeiro centro aglutinador de vestígios de cultura material da cidade de Manaus. A Cultura Material resgatada no projeto Catedral encontra-se sob a guarda da Secretaria do Estado do Amazonas no laboratório Alfredo Mendonça que fica no Centro Cultural Usina Chaminé em Manaus centro aglutinador dos principais museus da região. Parte do material ainda está sendo analisado. Em meio a esse material chama-se atenção para seis fragmentos de xícaras de café, “A Baratinha”.

Entre os seis fragmentos de xícara de café “A Baratinha”, um especificamente chama atenção pois pode-se ver a marca da fábrica: Fábrica Dom Pedro II. Que só passa a funcionar a partir de 1950 (MARTINS, 2013, P 43). “A Baratinha” faz parte do material cultural da Catedral e, portanto, do acervo do museu e laboratório de arqueologia Alfredo Mendonça.

Essa cultura material arqueológica nos remete a uma herança familiar escrita a partir de 1980. Iniciada com a vinda ao Brasil, de um imigrante português, José Augusto Viégas. Que vem acompanhado de sua esposa e sua primogênita. Viégas chega, em um de portos de São Paulo por volta do ano de 1890 à 1910, trazendo não só sua mudança, mas o sonho de ser mais um imigrante a vencer nas terras além-mar. (MARTINS, 2013, pp 2-3)

Depois de uma rápida estadia em São Paulo, aceitou o convite de um patrício e deixando o emprego na capital da Paulicéia desvairada, veio ter com toda família em Manaus. Foi então que o sonho construído muito antes do português singrar o além-mar começaria a tomar forma... O sonho de enriquecer em terras tão distantes vem ao encontro de uma cidade em plena ebulição urbanística. Uma cidade que começa a modificar para abrigar esses sonhos.

A cidade da Barra do Rio Negro começa a tomar “ares” de cidade a partir dos primeiros anos do século XX, ação que vem ao encontro do interesse das obras públicas do período. É evidente que a cidade passa por uma grande transformação. Antes disso a Capital da Província do Amazonas era considerada a filha pobre e feia do Império. (MESQUITA, 2006, p 400)

A pequena cidade era cercada por um vasto e rico território, mantinha-se em condição de pobreza, pois não dispunha de braços para explorar suas riquezas naturais; sua população era rarefeita, sua agricultura quase nula e o comércio insignificante (MESQUITA, 2006, p. 53)

“Com o dinheiro da borracha, Manaus transformou-se.” “Encontrei uma grande aldeia. Dela fiz cidade moderna (BITTENCOURT, 2012. P 160)”. Estas teriam sido as palavras proferidas pelo então governador Eduardo Ribeiro, chamado de “Pensador” por dar cabo das transformações da cidade durante esse período áureo.

É nesses entremeios a este alvorecer da Paris dos trópicos, com suas grandes obras, tal qual o Teatro Amazonas, os carris urbanos operados pela Manaós Railways & Co., as praças (Remédios; República; Tamandaré; Rio Branco) de circulação e exposição do status urbanístico, que os imigrantes começam a aparecer de todos os cantos. “Vêm doutores e analfabetos. Nem todos decididos a enfrentar o mato; para muitos, Manaus só é uma meta. A grande maioria chega sem nada de seu. Em todos, a esperança ou ambição.” (BITTENCOURT, 2012; 160)

Os desafios e tentações de se viver numa cidade que muito prometia e atraiu uma leva considerada de gente que vinha em busca da prosperidade e das oportunidades. No entanto, se faz necessário entender que uma grande maioria teve como experiência o outro lado desse “paraíso”.

Longe dos benefícios da acumulação que a economia de exportação da borracha engendrou no espaço regional amazônico, os trabalhadores urbanos não partilharam da ode ao progresso e à modernidade que nossa historiografia registrou e consagrou. Como deserdados do látex, por vezes sentiram o progresso e a modernização como perda e, dessa forma, suas aspirações e demandas os impeliram a construção de instrumentos de organização, mobilização e luta que contraditavam o dos segmentos patronais e dos grupos dominantes locais. (PINHEIRO, p 2: 2005)

O discurso oficial escamoteia e para usar uma expressão da Arqueologia Histórica, enterra uma infinidade de vivências que foram soterradas sobre propaganda da modernidade e suas benfeitorias. São processos que foram e estão sendo esquecidos e silenciados desde a transição do século XIX para o XX.

A Manaus do “fausto” do Teatro Amazonas não é a mesma Manaus das “oportunidades”, como também se distancia da Manaus refletida nos esquecimentos e higienizações que ocorreram nesse entorno do centro histórico tombado, e muito menos naqueles que paulatinamente foram segregados para as zonas limítrofes da cidade.

Essa Manaus não nos deixa entrever os desequilíbrios econômicos e suas repercussões sociais que drenaram os inúmeros igarapés da cidade. E, quando estes não foram aterrados eis que surge a cidade do “pau-a-pique” que sustenta as inúmeras famílias que irão compor a Manaus periférica e miserável.

### **3. Entre cacos e teatros: As permanências e rupturas dos discursos patrimoniais...**

Segundo Funari e Pelegrini (2009) ao falarmos em patrimônio, estamos nos relacionando a ideias, a percepções e sentimentos. Tratamos de bens que transmitimos aos nossos herdeiros, a materialidade em si, bem como, os bens de valor emocional, como uma foto, um altar doméstico. Estes últimos, a nós nos são caros, no quesito de nossas lembranças.

Quando discutimos Patrimônio estamos debatendo com as percepções de ressonância da sociedade. Discutimos reflexo, identidade, memória etc.

*Assim ao tratarmos de um breve retorno ao que muito já foi dito, é como retorno ao passado vai ser discutido e rememorado. É discutir se nesse retorno ao fausto iremos discutir a segregação, a pobreza, os movimentos de imigração, o regime de trabalho dos seringueiros, os movimentos sociais...Ou, iremos mais uma vez produzir regimes de verdade, regimes de realidade. Que numa cadeia cíclica e simbólica proíbe, reprime e impede a tomada de consciência do que essa “área indiretamente afetada”, porém reflexionada nos Teatros em questão pode vir a descobrir ou a encobrir.*

Precisamos com urgência modificar essa maneira única de ensinar história através de uma linearidade em que leva os nossos Patrimônios a serem reconhecidos em contornos tão limitados. É chamar atenção para o que um regime de tombamento implica. E, admitir que este não precisa reproduzir o positivismo Rankeano do século XIX como modelo de reconhecimento dos nossos Patrimônios.

Mas exigir que esta discussão seja mais abarcante das realidades de inúmeros sujeitos históricos, que se pronunciam com a geografia amazônica, com vivências, com uma armação urbanística, diferenciadas. E, que trazem em seu bojo uma maneira de perceber essa história tão emblemática e enquadrada através de percepções completamente diferentes.

Podemos citar as décadas de 70 e 80 como uma virada de chave nas discussões em torno dos bens (cultura material e imaterial) que considerávamos como “adequados” a serem alçados como categorias de Patrimônio Cultural. E, desde então estamos num eterno embate (inclusive por políticas públicas) que passem a privilegiar outros Regimes de Historicidade (HARTOG, 2015) que no mínimo tragam consigo um regime de justa memória.

Por isso ousou dizer, que a “área indiretamente afetada” ainda carece de voz. Aquela que nos remeteria a um tempo histórico onde muitas memórias estão soterradas, higienizadas e sanitizadas quando na edificação dos teatros. São elas que precisam ser visitadas. São elas que precisam de brechas. Não as que revisitamos constantemente numa eterna tentativa de driblar para o esquecimento o que pede justiça.

### Referências

- BITTENCOURT, Agnello. *Manaus*. Governo do Estado do Amazonas – SEC, 2012. 160 p.
- BITTENCOURT, Ulysses. *RAIZ*. Rio de Janeiro: Copy & Arte, 1985. 45 p.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

- CORRÊA, Marcus Vinícius Miranda. *A Cápsula do Tempo: Arqueologia da arquitetura da catedral metropolitana de Manaus*. São Paulo: Biblioteca24horas, 2011.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Universidade Federal do Pará. Manaus: Valer, 1999. 189 p.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Prefácio José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Tania Andrade Lima. *Patrimônio Histórico e Cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2009.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, v. 11, n. 23, jun. 2005.
- GREENBLATT, Stephen. Um novo historicismo. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 244-261.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent L. Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios – 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- MARTINS, Normélia Mendes dos Reis Pinto. A Baratinha. In: *Memória Arqueologia*. Manaus: SEC\_AM, 2013, p. 43-44.
- MENDONÇA, Mauro; ANTONY, Jefferson. A Sé Catedral de Manaus. In: *Memória Arqueologia*. Manaus: SEC\_AM, 2013, p. 63.
- OLIVEIRA JORGE, Vítor. *Arqueologia, patrimônio e cultura*. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Na Contramão da História: Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha (Manaus, 1920-1945). In: *Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

## **Entre los antiguos y los nuevos regímenes: Las memorias, los lugares y el (los) patrimonio(s)**

### **Resumen**

Vivimos un momento importante en el que vemos, con el tiempo y a través de él, muchos discursos y sus modificaciones en relación con el patrimonio y temas afines. Es necesario señalar las diferentes órdenes de estos discursos en curso. Nuestra resolución es fruto de elecciones, así como de procesos históricos y experiencias en los que estamos inmersos. Lo que se entiende por reformulación no es más que adaptarse a las nuevas discusiones teórico-metodológicas que implican al patrimonio, o considerar su relación con la resonancia. Pero entonces, ¿por qué insistimos en retomar discursos que son cíclicos y que supuestamente guardan la prerrogativa de elevarse a una discusión que no solo involucra a la historia, su enseñanza, los regímenes de historicidad, su memoria y, principalmente, nuestro(s) patrimonio(s)?

Palabras clave: Patrimonio; Memoria; Historia.

## **Entre les anciens et les nouveaux régimes : Les mémoires, les lieux et le(s) patrimoine(s)**

### **Résumé**

Nous vivons un moment crucial où nous observons, à travers le temps, les multiples discours et leurs modifications en ce qui concerne le patrimoine et les sujets associés. Il est essentiel de souligner les différentes dynamiques de ces discours en cours. Notre résolution découle de choix, ainsi que de processus historiques et d'expériences dans lesquels nous sommes immergés. Ce que l'on entend par reformulation n'est rien d'autre que l'adaptation aux nouvelles discussions théoriques et méthodologiques qui impliquent le patrimoine, ou en prenant en compte sa relation avec la résonance. Mais alors, pourquoi persistons-nous à revenir à des discours cycliques qui prétendent avoir le privilège d'être élevés à une discussion qui implique non seulement l'histoire, son enseignement, les régimes d'historicité, sa mémoire et, surtout, notre (nos) patrimoine(s) ?

Mots-clés : Patrimoine; Mémoire; Histoire.

## **Between Old and New Regimes: Memories, Places, and Heritage(s)**

### **Abstract**

We are experiencing a significant moment in which, over time and through it, we observe many discourses and their modifications regarding heritage and related topics. It is important to point out the different dynamics of these ongoing discourses. Our resolution is the result of choices, as well as historical processes and experiences in which we are immersed. What is understood by reformulation is nothing more than adapting to the new theoretical and methodological discussions involving heritage, or considering its relation to resonance. But then, why do we insist on returning to cyclical discourses that supposedly hold the prerogative of being elevated to a discussion that involves not only history, its teaching, the regimes of historicity, its memory, and above all, our heritage(s)?

Keywords: Heritage; Memory; History.